

## **Aula 04**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Direito Processual Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Marcella Mendes**

29 de Maio de 2025

# SIMULADO

## Sumário

<i>Introdução</i> .....	2
<i>Questões Estratégicas</i> .....	2
<i>Gabarito</i> .....	11
<i>Questões Comentadas</i> .....	12



## INTRODUÇÃO

A resolução de questões objetivas é imprescindível para nossa preparação. Dessa forma, elaboraremos simulados periódicos para que você, querido aluno, consiga revisar a matéria e identificar a forma de cobrança do conteúdo, pelos concursos públicos, beleza?

Este Simulado contempla questões INÉDITAS e abordará os seguintes assuntos das aulas anteriores.

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



**1. O silêncio é um direito garantido ao acusado. A prerrogativa tem como sua base o direito a não autoincriminação. Com base na informação acima, aponte a alternativa que traz a opção correta.**

- a) O juiz, no ato do interrogatório, informará ao acusado o direito de permanecer em silêncio. No caso de o acusado optar por permanecer calado, o magistrado, na sentença, pode usar a atitude do acusado em seu prejuízo.
- b) O silêncio do acusado em seu interrogatório importa em confissão e pode constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- c) O silêncio do acusado não importa em confissão e não pode ser interpretado em prejuízo a defesa.
- d) O princípio da vedação à autoincriminação não é um princípio constitucional implícito, estando presente somente no Código de Processo Penal.
- e) O direito ao silêncio, conforme a doutrina majoritária, é um meio de autodefesa ativo, em que o acusado exerce o seu direito de ficar calado.



**2. É um princípio constitucional explícito aplicável ao processo penal, exceto:**

- a) Princípio do juiz natural.
- b) Princípio da ampla defesa.
- c) Princípio da publicidade.
- d) Princípio da presunção de inocência.
- e) Princípio da indisponibilidade.

**3. O princípio da presunção de inocência, desdobramento do princípio do devido processo legal, é um dos mais importantes alicerces do Estado de Direito. Ele decorre da ordem expressa na Constituição Federal de que: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória". Com base na afirmação feita, de acordo com os Tribunais Superiores, responda corretamente.**

- a) Quando o juiz condenar um acusado, na dosimetria da pena, podem ser considerados registros criminais pertinentes a processos a que responde o acusado sem trânsito em julgado de decisão condenatória.
- b) O ônus de provar que não cometeu crime é do acusado.
- c) Tício foi condenado por sentença transitada em julgado e já teve a pena cumprida há mais de cinco anos. Nesse caso, Tício está, mesmo após cinco anos da extinção de sua pena, impedido de exercer a função profissional de vigilante.
- d) Para o conhecimento de uma apelação do réu, em caso de sentença penal condenatória, o mesmo deve ser recolhido à prisão.
- e) É possível a prisão de um condenado em segunda instância, na qual ainda caibam recursos, mesmo se ausentes os pressupostos da prisão preventiva.

**4. Com relação aos sistemas processuais, aponte a alternativa que traz a opção incorreta.**

- a) O sistema acusatório, típico dos regimes ditatoriais, caracteriza-se pela distinção absoluta entre as funções de acusar, defender e julgar, que deverão ficar a cargo de pessoas distintas.
- b) No sistema inquisitorial não há separação das funções de acusar, defender e julgar. As funções são concentradas em um só pessoa.
- c) No sistema acusatório são assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantindo-se à defesa o direito de se manifestar somente após a acusação.
- d) No sistema inquisitivo, é lícito ao juiz desencadear um processo *ex officio*, ou seja, sem a provocação de quem quer que seja. Pode, também, o juiz, determinar por sua própria vontade, a produção de provas que achar necessária à solução do processo.
- e) O Brasil, de acordo com a doutrina majoritária, adotou o sistema acusatório.



**5. Sobre a aplicação da lei penal e sua interpretação e integração, responda (V) se a opção for verdadeira e (F) no caso de a opção ser falsa.**

- ( ) Com relação a lei processual penal no espaço, como regra, aplica-se o princípio da extraterritorialidade.
- ( ) O artigo 2º do Código de Processo penal diz que: "a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior". Assim, se uma lei processual nova vier a vigorar em um processo que esteja em curso, ela terá efeito sobre este processo. Contudo, os atos já praticados, são considerados válidos.
- ( ) As normas processuais heterotópicas podem retroagir para beneficiar o réu.
- ( ) A lei processual admitirá a interpretação extensiva, mas não a aplicação analógica.
- ( ) Analogia e interpretação analógica são expressões sinônimas.

- a) F; V; F; F; F
- b) F; V; V; F; F
- c) F; F; V; V; F
- d) F; F; V; F; V
- e) V; V; F; F; V

**6. Com relação as formas de início do inquérito policial no crimes de ação penal pública incondicionada, é correto o inquérito policial se inicia, exceto:**

- a) De ofício, por portaria.
- b) Por requisição do Ministério Público.
- c) Por requerimento da vítima.
- d) Pelo auto de prisão em flagrante.
- e) Em face do sistema acusatório adotado pelo Brasil, a autoridade judicial não pode requisitar a instauração de inquérito policial.



**7. Com relação a investigação de pessoas com foro por prerrogativa de função, aponte a alternativa que se coaduna com o entendimento dos Tribunais Superiores.**

- a) Não é necessária qualquer autorização para serem investigadas as pessoas que possuem foro por prerrogativa de função no STF.
- b) Em relação a autoridades que possuam foro por prerrogativa de função em qualquer tribunal, para serem investigadas, é necessário que a autoridade policial obtenha autorização do respectivo tribunal.
- c) Autoridades que possuam foro por prerrogativa de função em qualquer tribunal, com exceção do STF, para serem investigadas, não necessitam que a autoridade policial obtenha autorização do respectivo tribunal.
- d) Não é possível o indiciamento de pessoas que possuam foro por prerrogativa de função.
- e) As investigações contra um Prefeito não necessitam de controle do Tribunal de Justiça.

**8. Foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática do crime de roubo cometido por Tício. Comprovado o fato e sua autoria. Mévio, advogado de Tício, junta ao inquérito policial uma certidão de óbito do autor do crime. Com base na informação acima, aponta a alternativa que se coaduna com o entendimento da doutrina e da jurisprudência acerca do arquivamento do inquérito policial.**

- a) Tendo em vista que a morte do autor do crime extingue a punibilidade, deve a autoridade policial arquivar os autos do inquérito policial.
- b) A existência de manifesta causa de excludente de punibilidade impede, sem qualquer exceção, o desarquivamento do inquérito policial, tendo em vista que faz coisa julgada material.
- c) Caso o inquérito policial seja arquivado por insuficiência de provas, ele não poderá ser desarquivado em nenhuma hipótese.
- d) A certidão de óbito falsa não faz coisa julgada material e, assim, poderá a autoridade policial requerer o desarquivamento do inquérito policial.
- e) Para o STJ, a causa excludente de ilicitude não faz coisa julgada material e pode ser desarquivado se novas provas surgirem.



**9. Sobre os prazos de conclusão do inquérito policial, aponte a alternativa correta.**

- a) Caso o indiciado esteja preso, o prazo de conclusão do inquérito policial é de 5 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco) dias.
- b) Se o crime estiver previsto na lei de drogas e o acusado se encontrar em liberdade, o prazo de conclusão do inquérito poderá ser de até 180 (cento e oitenta) dias.
- c) Se o acusado estiver solto, o prazo de conclusão do inquérito é de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.
- d) Se o crime estiver previsto na lei de drogas e o acusado se encontrar preso, o prazo de conclusão do inquérito é de 10 (dez) dias.
- e) Caso o indiciado esteja preso, o prazo de conclusão do inquérito policial é de 5 (cinco) dias, improrrogáveis.

**10. Sobre o arquivamento do inquérito policial, aponte a alternativa errada.**

- a) Se o Ministério Público, quando do oferecimento da denúncia, deixar de incluir um indiciado, ocorrerá o que a doutrina chama de arquivamento implícito.
- b) O arquivamento indireto ocorre quando o membro do Ministério Público deixa de oferecer denúncia por entender que o juízo é incompetente para processar e julgar a ação penal.
- c) É perfeitamente possível, de acordo com o STF, o arquivamento implícito.
- d) O desarquivamento do inquérito policial não é promovido pela autoridade policial.
- e) A atipicidade da conduta faz coisa julgada material e impede o desarquivamento do inquérito policial.

**11. O inquérito policial possui algumas características. Assim, podemos dizer que ele é:**

- a) Um procedimento administrativo, inquisitivo, escrito e disponível.
- b) Um procedimento administrativo, inquisitivo, escrito e dispensável.
- c) Um procedimento administrativo, indisponível, escrito e indispensável.
- d) Um procedimento administrativo, inquisitivo, oficioso e público
- e) Um procedimento administrativo, oficial, oficioso e não discricionário.



**12. De acordo com o artigo 6º do Código de Processo Penal, logo que a autoridade tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, exceto:**

- a) Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- b) Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;
- c) Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- d) Colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- e) Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, obrigatoriamente, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.

**13. Sobre ação penal e o princípio da indivisibilidade, responda quantos itens são verdadeiros:**

- 1- O princípio da indivisibilidade significa que a ação penal privada deve ser proposta contra todos os autores e partícipes do delito.
- 2- Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o princípio da indivisibilidade se aplica a ação penal pública e privada.
- 3 - Se o querelante deixar, voluntariamente de oferecer a queixa contra um dos autores, o juiz deve rejeitar a queixa e declarar a extinção de punibilidade para todos.
- 4 - Se o querelante deixar, involuntariamente de oferecer a queixa contra um dos autores, o Ministério Público deverá requerer a intimação do querelante para que ele realize o aditamento.

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4





**14. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.**

- a) Nos crimes de ação pública que dependem de representação, no caso de morte do ofendido, o direito de representação passará somente ao cônjuge, aos ascendentes e ao irmão.
- b) A ação penal nos crimes praticados em detrimento do patrimônio da União, Estados, Municípios, quando o crime depender de representação, não poderá, sem ela, ser iniciada a ação penal.
- c) A representação pode ser retratada mesmo após o recebimento da denúncia.
- d) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.
- e) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

**15. É princípio que rege a ação penal pública, exceto:**

- a) Princípio da obrigatoriedade.
- b) Princípio da indisponibilidade.
- c) Princípio da divisibilidade.
- d) Princípio da oportunidade.
- e) Princípio da oficialidade.

**16. Em relação à ação penal privada, aponte a alternativa correta:**

- a) O direito de queixa deve ser exercido no prazo de 6 (seis) meses, contados do dia em que o crime se consumou.
- b) Se o querelante deixar, na ação penal privada, de promover, injustificadamente, o andamento da ação penal por mais de 20 (vinte) dias, ele perde o direito de prosseguir com a ação privada.
- c) As sociedades legalmente constituídas não podem ser titulares de ação penal privada.
- d) Falecendo o querelante, se as pessoas que têm direito de prosseguir na ação penal não derem andamento na ação pelo período de 60 (sessenta) dias, ocorre a perempção.
- e) A ação penal privada é regida pelo princípio da divisibilidade.



**17. Com relação à ação penal privada subsidiária da pública, é correto o que se afirma, exceto:**

- a) A ação penal privada subsidiária da pública é uma exceção à regra da titularidade exclusiva do Ministério Público em relação à ação penal pública.
- b) A ação penal privada subsidiária da pública é regida pelos princípios da ação penal pública.
- c) O Ministério Público tem o prazo de cinco dias para ajuizar a ação penal caso o réu esteja preso.
- d) Caso o Ministério Público não ajuíze a ação penal no prazo legal, o ofendido tem o prazo de seis meses, contados da data em que se esgotar o prazo do Ministério Público, para ajuizar a ação penal privada subsidiária da pública.
- e) Por se tratar de uma ação privada, é cabível o perdão do ofendido na ação penal privada subsidiária da pública.

**18. Com relação à ação penal, é entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores, exceto:**

- a) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para ação penal por crime contra a honra do servidor público em razão do exercício de suas funções.
- b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada à representação.
- c) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- d) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.
- e) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.



**19. De acordo com o Código de Processo Penal, aponte a alternativa correta.**

- a) Se a representação do ofendido trazer elementos que possibilitem o imediato oferecimento da denúncia, o Ministério Público dispensará o inquérito policial e, oferecerá denúncia no prazo de 5 (cinco) dias.
- b) O Ministério Público, em nenhuma hipótese, poderá dispensar o inquérito policial.
- c) Se a representação do ofendido trazer elementos que possibilitem o imediato oferecimento da denúncia, o Ministério Público dispensará o inquérito policial e, oferecerá denúncia no prazo de 10 (dez) dias.
- d) O direito de representação do ofendido pode ser exercido por procurador com poderes especiais, somente mediante declaração escrita.
- e) Se a representação do ofendido trazer elementos que possibilitem o imediato oferecimento da denúncia, o Ministério Público dispensará o inquérito policial e, oferecerá denúncia no prazo de 15 (quinze) dias.

**20. Com relação ao perdão e a renúncia, aponte a alternativa incorreta.**

- a) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
- b) A renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- c) A renúncia expressa constará de declaração assinada pelo ofendido. A renúncia não pode ser feita por procurador.
- d) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeitos em relação ao que recusar.
- e) O perdão pode ser aceito por procurador com poderes especiais.



## Gabarito

GABARITO



1. Letra C
2. Letra E
3. Letra C
4. Letra A
5. Letra B
6. Letra E
7. Letra C
8. Letra D
9. Letra B
10. Letra C
11. Letra B
12. Letra E
13. Letra D
14. Letra D
15. Letra D
16. Letra D
17. Letra E
18. Letra B
19. Letra E
20. Letra C



## QUESTÕES COMENTADAS

1. O silêncio é um direito garantido ao acusado. A prerrogativa tem como sua base o direito a não autoincriminação.

Com base na informação acima, aponte a alternativa que traz a opção correta.

- a) O juiz, no ato do interrogatório, informará ao acusado o direito de permanecer em silêncio. No caso de o acusado optar por permanecer calado, o magistrado, na sentença, pode usar a atitude do acusado em seu prejuízo.
- b) O silêncio do acusado em seu interrogatório importa em confissão e pode constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- c) O silêncio do acusado não importa em confissão e não pode ser interpretado em prejuízo a defesa.
- d) O princípio da vedação à autoincriminação não é um princípio constitucional implícito, estando presente somente no Código de Processo Penal.
- e) O direito ao silêncio, conforme a doutrina majoritária, é um meio de autodefesa ativo, em que o acusado exerce o seu direito de ficar calado.

### Comentários:

**A - Incorreta.** O direito ao silêncio é uma garantia constitucional prevista no artigo 5º, LXIII. O fato de permanecer em silêncio não pode, de acordo com o parágrafo único do artigo 186 do CPP, ser interpretado em prejuízo à defesa.

**B - Incorreta.** Diz o artigo 198 do CPP, que o silêncio do acusado não importa em confissão. Assim, a primeira parte da assertiva está incorreta. Com relação a segunda parte da assertiva, apesar de o artigo 198 do CPP retratar a possibilidade de o silêncio constituir elemento para a formação do convencimento do juiz, a melhor doutrina entende que, nesta parte, o dispositivo foi tacitamente revogado pela Lei 10.792 de 2003, que deu nova redação ao parágrafo único do artigo 186 do CPP.

**C - Correta.** É o teor do parágrafo único do artigo 186 do CPP, com a redação dada pela Lei 10.792 de 2003.

**D - Incorreta.** O princípio da vedação à não autoincriminação, conhecido também como *nemo tenetur se detegere*, está implicitamente descrito na Constituição Federal no artigo 5º, LXIII.

**E - Incorreta.** O direito ao silêncio é um meio de autodefesa passiva, exercida por meio da inatividade do indivíduo sobre quem recai ou pode recair a imputação.



**2. É um princípio constitucional explícito aplicável ao processo penal, exceto:**

- a) Princípio do juiz natural.
- b) Princípio da ampla defesa.
- c) Princípio da publicidade.
- d) Princípio da presunção de inocência.
- e) Princípio da indisponibilidade.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** O princípio do juiz natural está previsto na Constituição Federal, de forma explícita, no artigo 5º, LIII.

**B - Incorreta.** O princípio da ampla defesa está previsto na Constituição Federal, de forma explícita, no artigo 5º, LV.

**C - Incorreta.** O princípio da publicidade está previsto na Constituição Federal, de forma explícita, no artigo 93, IX.

**D - Incorreta.** O princípio da presunção de inocência está previsto na Constituição Federal, de forma explícita, no artigo 5º, LVII.

**E - Correta.** O princípio da indisponibilidade não está previsto na Constituição Federal. Ele é consagrado no Código de Processo Penal, por exemplo, nos artigos 17 e 42.

**3. O princípio da presunção de inocência, desdobramento do princípio do devido processo legal, é um dos mais importantes alicerces do Estado de Direito. Ele decorre da ordem expressa na Constituição Federal de que: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória". Com base na afirmação feita, de acordo com os Tribunais Superiores, responda corretamente.**

- a) Quando o juiz condenar um acusado, na dosimetria da pena, podem ser considerados registros criminais pertinentes a processos a que responde o acusado sem trânsito em julgado de decisão condenatória.
- b) O ônus de provar que não cometeu crime é do acusado.
- c) Tício foi condenado por sentença transitada em julgado e já teve a pena cumprida há mais de cinco anos. Nesse caso, Tício está, mesmo após cinco anos da extinção de sua pena, impedido de exercer a função profissional de vigilante.
- d) Para o conhecimento de uma apelação do réu, em caso de sentença penal condenatória, o mesmo deve ser recolhido à prisão.
- e) É possível a prisão de um condenado em segunda instância, na qual ainda caibam recursos, mesmo se ausentes os pressupostos da prisão preventiva.



#### Comentários:

**A - Incorreta.** A jurisprudência amplamente majoritária entende que não podem ser valoradas contra o acusado, em razão do princípio da presunção de inocência, registros criminais pertinentes a processos a que responde sem o trânsito em julgado da condenação. Inclusive, este é o entendimento do STJ na súmula 444.

**B - Incorreta.** O princípio da presunção de inocência inverte o ônus da prova, cabendo ao órgão do Ministério Público ou ao querelante, provar a ocorrência do crime.

**C - Correta.** Em recentíssima decisão, o STJ entendeu que a existência de condenação transitada em julgado, mesmo que já tenha o condenado cumprido a pena há mais de cinco anos, não poderá exercer a profissão de vigilante por falta de idoneidade moral.

**D - Incorreta.** Até 2008 essa era a regra. Contudo, na atualidade, a maioria da jurisprudência entende que a prisão após sentença condenatória recorrível somente é possível se presentes os pressupostos da prisão preventiva.

**E - Incorreta.** A execução provisória da pena viola o princípio da presunção de inocência, conforme recentíssimo entendimento do STF.

#### 4. Com relação aos sistemas processuais, aponte a alternativa que traz a opção incorreta.

- a) O sistema acusatório, típico dos regimes ditatoriais, caracteriza-se pela distinção absoluta entre as funções de acusar, defender e julgar, que deverão ficar a cargo de pessoas distintas.
- b) No sistema inquisitorial não há separação das funções de acusar, defender e julgar. As funções são concentradas em um só pessoa.
- c) No sistema acusatório são assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantindo-se à defesa o direito de se manifestar somente após a acusação.
- d) No sistema inquisitivo, é lícito ao juiz desencadear um processo *ex officio*, ou seja, sem a provocação de quem quer que seja. Pode, também, o juiz, determinar por sua própria vontade, a produção de provas que achar necessária à solução do processo.
- e) O Brasil, de acordo com a doutrina majoritária, adotou o sistema acusatório.

#### Comentários:

**A - Correta.** A alternativa está incorreta. O sistema acusatório é típico de regimes democráticos, onde há absoluta distinção entre as funções de acusar, defender e julgar, que deverão ficar a cargo de pessoas distintas. O sistema típico de regimes ditatoriais é o inquisitorial.

**B - Incorreta.** O item está correto. No sistema inquisitorial, típico de Estados ditatoriais, as funções de acusar, defender e julgar são concentradas na pessoa do juiz.



**C - Incorreta.** O item está de acordo com o que sistema acusatório. Como ele decorre de Estados democráticos, os direitos fundamentais do acusado devem ser sempre garantidos.

**D - Incorreta.** O item está de acordo com os preceitos do sistema inquisitorial. Neste, o juiz tem ampla liberdade do juiz, que concentra as funções de acusar, defender e julgar. Assim, não é necessário que o Ministério Público ou o ofendido ofereçam denúncia ou queixa crime, já que a função de acusar cabe ao próprio juiz. Da mesma maneira, no sistema inquisitório, o juiz tem ampla liberdade probatória.

**E- Incorreta.** O item está de acordo com a doutrina majoritária. O Brasil optou pelo sistema acusatório, embora existam doutrinadores que apontem que o país teria adotado um sistema misto.

**5. Sobre a aplicação da lei penal e sua interpretação e integração, responda (V) se a opção for verdadeira e (F) no caso de a opção ser falsa.**

( ) Com relação a lei processual penal no espaço, como regra, aplica-se o princípio da extraterritorialidade.

( ) O artigo 2º do Código de Processo penal diz que: "a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior". Assim, se uma lei processual nova vier a vigorar em um processo que esteja em curso, ela terá efeito sobre este processo. Contudo, os atos já praticados, são considerados válidos.

( ) As normas processuais heterotópicas podem retroagir para beneficiar o réu.

( ) A lei processual admitirá a interpretação extensiva, mas não a aplicação analógica.

( ) Analogia e interpretação analógica são expressões sinônimas.

a) F; V; F; F; F

b) F; V; V; F; F

c) F; F; V; V; F

d) F; F; V; F; V

e) V; V; F; F; V

**Comentários:**

A primeira assertiva está **incorreta**. Como regra, o Código de Processo Penal, com relação a lei processual penal adota **o princípio da territorialidade**, conforme o artigo 1º do CPP. Assim, como regra, a lei processual penal é aplicada em todas as infrações penais perpetradas no território do Brasil.





A segunda assertiva está **correta**. E o artigo 2º do CPP retrata que a lei processual penal é aplicada desde logo, é o chamado princípio do efeito imediato. Os atos praticados sobre a lei anterior são considerados válidos, é o chamado sistema de isolamento dos atos processuais.

A terceira assertiva está **correta**. Normas heterotópicas são aquelas que, apesar de inseridas no diploma processual penal, possuem conteúdo material (direito penal). Assim, como a norma inserida no diploma processual tem natureza material, se benéfica, deve retroagir para beneficiar o réu.

A quarta assertiva está **incorreta**. De acordo com o artigo 3º do CPP, a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

A quinta assertiva está **incorreta**. A analogia é uma forma de integração da norma, quando esta inexistente em relação à determinada hipótese. Por outro lado, a interpretação analógica é um processo interpretativo: a norma existe e precisa ser interpretada.

Assim, a sequência correta é F;V;V;F;F, logo a alternativa **"B" é a correta**.

#### 6. Com relação as formas de início do inquérito policial no crimes de ação penal pública incondicionada, é correto o inquérito policial se inicia, exceto:

- a) De ofício, por portaria.
- b) Por requisição do Ministério Público.
- c) Por requerimento da vítima.
- d) Pelo auto de prisão em flagrante.
- e) Em face do sistema acusatório adotado pelo Brasil, a autoridade judicial não pode requisitar a instauração de inquérito policial.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial pode ser iniciado mediante portaria da autoridade policial. É o que se extrai do artigo 5º, I do CPP.

**B - Incorreta.** De acordo com o artigo 5º, II do CPP, o Ministério Público, pode **requisitar** a instauração de inquérito policial

**C - Incorreta.** A vítima, de acordo com o artigo 5º, II, 2ª parte do CPP, pode **requerer** a instauração de inquérito policial.

**D - Incorreta.** O auto de prisão em flagrante, apesar de não mencionado no artigo 5º do CPP, é forma inequívoca de instauração do inquérito policial, dispensando, inclusive, a portaria.



**E - Correta.** De acordo com o artigo 5º, II do CPP, a autoridade judiciária pode requisitar a instauração de inquérito policial. Não há qualquer ofensa ao sistema acusatório, uma vez que a requisição não confere a autoridade judiciária não conduz ou dirige o inquérito, que deve ser feito exclusivamente pelo delegado de polícia.

**7. Com relação a investigação de pessoas com foro por prerrogativa de função, aponte a alternativa que se coaduna com o entendimento dos Tribunais Superiores.**

- a) Não é necessária qualquer autorização para serem investigadas as pessoas que possuem foro por prerrogativa de função no STF.
- b) Em relação a autoridades que possuam foro por prerrogativa de função em qualquer tribunal, para serem investigadas, é necessário que a autoridade policial obtenha autorização do respectivo tribunal.
- c) Autoridades que possuam foro por prerrogativa de função em qualquer tribunal, com exceção do STF, para serem investigadas, não necessitam que a autoridade policial obtenha autorização do respectivo tribunal.
- d) Não é possível o indiciamento de pessoas que possuam foro por prerrogativa de função.
- e) As investigações contra um Prefeito não necessitam de controle do Tribunal de Justiça.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** As investigações envolvendo autoridades com foro privativo no STF somente podem ser iniciadas com autorização deste Tribunal. (informativo 812 - STF)

**B - Incorreta.** Somente é necessária autorização, para que se proceda investigação das autoridades que detenham foro por prerrogativa de função no STF. Assim, não é necessária autorização para investigar autoridades que detenham foro por prerrogativa de função em outros tribunais, conforme entendimento do STF.

**C - Correta.** É o entendimento empossado pelo STF. Para que se investigue pessoas com foro no STF, há necessidade de autorização. Em relação a pessoas que possuem foro em tribunal diverso do STF, não há essa necessidade.

**D - Incorreta.** O indiciamento é um ato privativo da autoridade policial. Pessoas que detém o foro por prerrogativa de função podem ser indiciadas. Se o indiciamento for de pessoa que possui foro por prerrogativa de função no STF, é necessário que tenha havido autorização deste tribunal para a investigação e que o indiciamento tenha ocorrido no relatório do inquérito.

**Atenção!!! Magistrados e membros do MP não podem ser indiciados.**



**E - Incorreta.** O preteito possui foro por prerrogativa de função constitucionalmente previsto. Assim, as investigações criminais contra ele instauradas necessitam de supervisão do Tribunal de Justiça.

**8. Foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática do crime de roubo cometido por Tício. Comprovado o fato e sua autoria. Mévio, advogado de Tício, junta ao inquérito policial uma certidão de óbito do autor do crime. Com base na informação acima, aponta a alternativa que se coaduna com o entendimento da doutrina e da jurisprudência acerca do arquivamento do inquérito policial.**

- a) Tendo em vista que a morte do autor do crime extingue a punibilidade, deve a autoridade policial arquivar os autos do inquérito policial.
- b) A existência de manifesta causa de excludente de punibilidade impede, sem qualquer exceção, o desarquivamento do inquérito policial, tendo em vista que faz coisa julgada material.
- c) Caso o inquérito policial seja arquivado por insuficiência de provas, ele não poderá ser desarquivado em nenhuma hipótese.
- d) A certidão de óbito falsa não faz coisa julgada material e, assim, poderá a autoridade policial requerer o desarquivamento do inquérito policial.
- e) Para o STJ, a causa excludente de ilicitude não faz coisa julgada material e pode ser desarquivado se novas provas surgirem.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 17 do CPP, a autoridade policial não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial.

**B - Incorreta.** A existência de causa manifesta de causa excludente de punibilidade faz coisa julgada material e impede o desarquivamento do inquérito policial. Contudo, se juntada uma certidão de óbito falsa, pode haver o desarquivamento do inquérito policial.

**C - Incorreta.** A insuficiência de provas não faz coisa julgada material. Assim, pode o inquérito ser desarquivado, se novas provas surgirem.

**D - Correta.** Este é o entendimento dos Tribunais Superiores, uma vez que a certidão de óbito falsa não é capaz, segundo o entendimento dos Tribunais Superiores, de gerar a coisa julgada material.

**E - Incorreta.** Para o STJ, a causa excludente de ilicitude faz coisa julgada material e impede o desarquivamento do inquérito policial.

Atenção!! Para o SFT, a causa excludente de ilicitude não faz coisa julgada material e não impede o desarquivamento do inquérito policial se novas provas surgirem.



#### 9. Sobre os prazos de conclusão do inquérito policial, aponte a alternativa correta.

- a) Caso o indiciado esteja preso, o prazo de conclusão do inquérito policial é de 5 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco) dias.
- b) Se o crime estiver previsto na lei de drogas e o acusado se encontrar em liberdade, o prazo de conclusão do inquérito poderá ser de até 180 (cento e oitenta) dias.
- c) Se o acusado estiver solto, o prazo de conclusão do inquérito é de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.
- d) Se o crime estiver previsto na lei de drogas e o acusado se encontrar preso, o prazo de conclusão do inquérito é de 10 (dez) dias.
- e) Caso o indiciado esteja preso, o prazo de conclusão do inquérito policial é de 5 (cinco) dias, improrrogáveis.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 10 do CPP, caso o acusado esteja preso, o prazo de conclusão do inquérito policial é improrrogável de 10 (dez) dias.

Obs.: Neste ponto, vale uma ressalva. O recém aprovado Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) incluiu o art. 3º-B, §2º no CPP, em que se admite a possibilidade de prorrogação, pelo juiz de garantias, do prazo de inquérito por mais 15 dias, no caso de investigado preso, após representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público. Ocorre, porém, que tal disposição se encontra suspensa por decisão do Ministro Fux, após julgamento de medida cautelar na ADI 6298/DF. É preciso, então, aguardar para ver como seguirá o julgamento final da ADI. Por enquanto, permanece absoluta a redação do art. 10 do CPP. Logo, o prazo para conclusão do inquérito policial, em se tratando de investigado preso, é de 10 (dez) dias.

**B - Correta.** De acordo com o artigo 51 da Lei 11.342 de 2006, o prazo para conclusão do inquérito no caso de o acusado se encontrar em liberdade é de 90 (noventa) dias. Este prazo, poderá ser duplicado pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade policial. Assim, pode o prazo, em caso de réu solto, chegar a 180 (cento e oitenta) dias.

**C - Incorreta.** Caso o réu se encontre em liberdade, o prazo para conclusão do inquérito policial é de 30 (trinta) dias e, pode ser prorrogado, conforme o § 3º do artigo 10 do CPP, se o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver solto.

**D - Incorreta.** De acordo com o artigo 51 da Lei 11.342 de 2006, o prazo para conclusão do inquérito no caso de o acusado se encontrar em liberdade é de 90 (noventa) dias.

**E - Incorreta.** De acordo com o artigo 10 do CPP, caso o acusado esteja preso, o prazo de conclusão do inquérito policial é improrrogável de 10 (dez) dias.



#### 10. Sobre o arquivamento do inquérito policial, aponte a alternativa errada.

- a) Se o Ministério Público, quando do oferecimento da denúncia, deixar de incluir um indiciado, ocorrerá o que a doutrina chama de arquivamento implícito.
- b) O arquivamento indireto ocorre quando o membro do Ministério Público deixa de oferecer denúncia por entender que o juízo é incompetente para processar e julgar a ação penal.
- c) É perfeitamente possível, de acordo com o STF, o arquivamento implícito.
- d) O desarquivamento do inquérito policial não é promovido pela autoridade policial.
- e) A atipicidade da conduta faz coisa julgada material e impede o desarquivamento do inquérito policial.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** A assertiva está correta. O arquivamento implícito ocorre quando, ao oferecer a denúncia, o Ministério Público deixa de incluir um indiciado ou um fato investigado. O arquivamento implícito não é aceito pelo STF.

**B - Incorreta.** A assertiva está de acordo com o que se entende por arquivamento indireto.

**C - Correta.** O arquivamento implícito ocorre quando ao oferecer a denúncia, o Ministério Público deixa de incluir um indiciado ou um fato investigado. **O arquivamento implícito não é aceito pelo STF.**

**D - Incorreta.** A assertiva está correta. Se a autoridade policial não pode promover o arquivamento do inquérito policial, de igual forma, ela também não pode desarquivá-lo. Assim, quem desarquiva o inquérito policial é o Ministério Público, quando houver notícia de nova prova.

**E - Correta.** Assertiva está correta. A atipicidade da conduta faz coisa julgada material e, assim, impende o desarquivamento do inquérito policial.

#### 11. O inquérito policial possui algumas características. Assim, podemos dizer que ele é:

- a) Um procedimento administrativo, inquisitivo, escrito e disponível.
- b) Um procedimento administrativo, inquisitivo, escrito e dispensável.
- c) Um procedimento administrativo, indisponível, escrito e indispensável.
- d) Um procedimento administrativo, inquisitivo, oficioso e público
- e) Um procedimento administrativo, oficial, oficioso e não discricionário.



#### Comentários:

**A - Incorreta.** O inquérito policial é um procedimento administrativo, ele é pré-jurídico. É inquisitivo, uma vez que não há contraditório ou ampla defesa. É escrito conforme o artigo 9º do CPP. Contudo, não é disponível, uma vez que a autoridade policial não pode arquivar os autos do inquérito.

**B - Correta.** O inquérito policial é um procedimento administrativo, ele é pré-jurídico. É inquisitivo, uma vez que não há contraditório ou ampla defesa. É escrito conforme o artigo 9º do CPP. Por fim, ele é também dispensável, uma vez que não é obrigatório para a propositura da ação penal.

**C - Incorreta.** O inquérito policial é um procedimento administrativo, ele é pré-jurídico. É indisponível, uma vez que a autoridade policial não pode arquivar os autos do inquérito. É escrito, conforme o artigo 9º do CPP. Porém, é dispensável, uma vez que não é obrigatório para a propositura da ação penal.

**D - Incorreta.** O inquérito policial é um procedimento administrativo, ele é pré-jurídico. É inquisitivo, uma vez que não há contraditório ou ampla defesa. Ele é oficioso, tendo em vista que nas ações penais públicas incondicionadas deve ser instaurado de ofício. Contudo, ele é sigiloso.

**E - Incorreta.** O inquérito policial é um procedimento administrativo, ele é pré-jurídico. É inquisitivo, uma vez que não há contraditório ou ampla defesa. Ele é oficial, pois deve ser realizado por agentes dos quadros públicos. Ele é oficioso, tendo em vista que nas ações penais públicas incondicionadas deve ser instaurado de ofício. Contudo, ele é discricionário, uma vez que a autoridade policial somente irá realizar diligências que julgar necessárias.

#### 12. De acordo com o artigo 6º do Código de Processo Penal, logo que a autoridade tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, exceto:

- a) Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- b) Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;
- c) Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- d) Colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- e) Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, obrigatoriamente, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** É o teor do artigo 6º, I do CPP.

**B - Incorreta.** É o teor do artigo 6º, II do CPP.



**C - Incorreta.** É o teor do artigo 6º, VI do CPP.

**D - Incorreta.** É o teor do artigo 6º, X do CPP.

**E - Correta.** De acordo com o artigo 6º, VIII do CP, a autoridade policial deverá ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, **se possível**, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.

### 13. Sobre ação penal e o princípio da indivisibilidade, responda quantos itens são verdadeiros:

- 1- O princípio da indivisibilidade significa que a ação penal privada deve ser proposta contra todos os autores e partícipes do delito.
- 2- Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o princípio da indivisibilidade se aplica a ação penal pública e privada.
- 3 - Se o querelante deixar, voluntariamente de oferecer a queixa contra um dos autores, o juiz deve rejeitar a queixa e declarar a extinção de punibilidade para todos.
- 4 - Se o querelante deixar, involuntariamente de oferecer a queixa contra um dos autores, o Ministério Público deverá requerer a intimação do querelante para que ele realize o aditamento.

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

#### Comentários:

**O item 1 está correto.** O princípio da indivisibilidade, previsto no artigo 48 do CPP, diz que a queixa crime contra qualquer dos autores do crime obriga o processo de todos.

**O item 2 está incorreto.** Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o princípio da indivisibilidade somente se aplica a ação penal privada, pois o Ministério Público, não é obrigado a denunciar todos os envolvidos, sendo livre para formar sua convicção.

**O item 3 está correto.** É o entendimento do STJ no informativo 562.

**O item 4 está correto.** É o entendimento do STJ no informativo 562.

**Assim, três alternativas estão corretas, sendo a letra "D" a resposta correta.**





#### 14. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de ação pública que dependem de representação, no caso de morte do ofendido, o direito de representação passará somente ao cônjuge, aos ascendentes e ao irmão.
- b) A ação penal nos crimes praticados em detrimento do patrimônio da União, Estados, Municípios, quando o crime depender de representação, não poderá, sem ela, ser iniciada a ação penal.
- c) A representação pode ser retratada mesmo após o recebimento da denúncia.
- d) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.
- e) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** O direito de representação, conforme o § 1º do artigo 24 do CPP, passará também aos descendentes.

**B - Incorreta.** Os crimes em detrimento do patrimônio da União, Estados, Municípios são de ação penal pública incondicionada, conforme expõe o artigo 24, §2º do CPP.

**C - Incorreta.** A representação, de acordo com o artigo 25 do CPP, é irretratável após o oferecimento da denúncia.

**D - Correta.** É o teor do artigo 37 do CPP.

**E - Incorreta.** De acordo como artigo 39 do CPP, o procurador precisa ter poderes especiais para exercer o direito de representação.

#### 15. É princípio que rege a ação penal pública, exceto:

- a) Princípio da obrigatoriedade.
- b) Princípio da indisponibilidade.
- c) Princípio da divisibilidade.
- d) Princípio da oportunidade.
- e) Princípio da oficialidade.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** O princípio traduz a ideia de que havendo indício de autoria e prova da materialidade do fato típico e não existindo causas extintivas da punibilidade, não pode o Ministério Público deixar de ajuizar a ação penal. Tal princípio somente é aplicável na ação penal pública, uma vez que na ação penal privada aplica-se o princípio da oportunidade.





**B - Incorreta.** O princípio trata da impossibilidade de o Ministério Público desistir da ação penal intentada, conforme artigo 42 do CPP. É exclusivo da ação penal pública, uma vez que a ação penal privada é regida pelo o princípio da disponibilidade.

**C - Incorreta.** O membro do Ministério Público pode, havendo mais de um autor, propor a ação penal em face de somente um, relegando a propositura da outra ação penal para momento posterior, a seu critério. É exclusivo da ação penal pública, uma vez que a ação penal privada é regida pelo o princípio da indisponibilidade.

**D - Correta.** É um princípio exclusivo da ação penal privada, onde a vítima pode decidir se vai ou não ajuizar a ação penal.

**E - Incorreta.** É um princípio exclusivo da ação penal pública, que será deflagrada por órgão oficial.

#### 16. Em relação à ação penal privada, aponte a alternativa correta:

- a) O direito de queixa deve ser exercido no prazo de 6 (seis) meses, contados do dia em que o crime se consumou.
- b) Se o querelante deixar, na ação penal privada, de promover, injustificadamente, o andamento da ação penal por mais de 20 (vinte) dias, ele perde o direito de prosseguir com a ação privada.
- c) As sociedades legalmente constituídas não podem ser titulares de ação penal privada.
- d) Falecendo o querelante, se as pessoas que têm direito de prosseguir na ação penal não derem andamento na ação pelo período de 60 (sessenta) dias, ocorre a perempção.
- e) A ação penal privada é regida pelo princípio da divisibilidade.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 38 do CPP, o prazo é de 6 (seis) meses, contados da data em que se descobre a autoria do delito.

**B - Incorreta.** A perempção ocorre quando o querelante deixa, injustificadamente, de dar andamento à ação penal durante 30 (trinta) dias consecutivos, conforme texto do artigo 60 do CPP.

**C - Incorreta.** De acordo com o artigo 37 do CPP, as sociedades legalmente constituídas podem ser titulares de ação penal privada.

**D - Correta.** É o teor do artigo 60, II do CPP.

**E - Incorreta.** A ação penal privada é regida pelo princípio da indivisibilidade.



**17. Com relação à ação penal privada subsidiária da pública, é correto o que se afirma, exceto:**

- a) A ação penal privada subsidiária da pública é uma exceção à regra da titularidade exclusiva do Ministério Público em relação à ação penal pública.
- b) A ação penal privada subsidiária da pública é regida pelos princípios da ação penal pública.
- c) O Ministério Público tem o prazo de cinco dias para ajuizar a ação penal caso o réu esteja preso.
- d) Caso o Ministério Público não ajuíze a ação penal no prazo legal, o ofendido tem o prazo de seis meses, contados da data em que se esgotar o prazo do Ministério Público, para ajuizar a ação penal privada subsidiária da pública.
- e) Por se tratar de uma ação privada, é cabível o perdão do ofendido na ação penal privada subsidiária da pública.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** A assertiva está de acordo com o com o entendimento doutrinário.

**B - Incorreta.** De acordo com a doutrina majoritária, a ação penal privada subsidiária da pública é regida pelos princípios da ação penal pública, sendo inaplicável os institutos próprios da ação penal privada.

**C - Incorreta.** A alternativa está de acordo com o que expõe o artigo 46 do CPP.

**D - Incorreta.** A alternativa está de acordo com o que expõe o artigo 38 do CPP.

**E - Correta.** Na ação privada subsidiária da pública não são aplicáveis os institutos próprios da ação penal privada. Assim, por exemplo, não se aplicam os institutos do perdão do ofendido, perempção, etc.

**18. Com relação à ação penal, é entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores, exceto:**

- a) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para ação penal por crime contra a honra do servidor público em razão do exercício de suas funções.
- b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada à representação.
- c) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- d) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.
- e) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.



**Comentários:**

**A - Incorreta.** A alternativa está de acordo com a súmula 714 do STF.

**B - Correta.** De acordo com a súmula 542 do STJ, a ação penal é pública incondicionada.

**C - Incorreta.** A alternativa está de acordo com a súmula 234 do STJ.

**D - Incorreta.** A alternativa está de acordo com a súmula 524 do STF.

**E - Incorreta.** A alternativa está de acordo com a súmula 542 do STJ.

**19. De acordo com o Código de Processo Penal, aponte a alternativa correta.**

a) Se a representação do ofendido trazer elementos que possibilitem o imediato oferecimento da denúncia, o Ministério Público dispensará o inquérito policial e, oferecerá denúncia no prazo de 5 (cinco) dias.

b) O Ministério Público, em nenhuma hipótese, poderá dispensar o inquérito policial.

c) Se a representação do ofendido trazer elementos que possibilitem o imediato oferecimento da denúncia, o Ministério Público dispensará o inquérito policial e, oferecerá denúncia no prazo de 10 (dez) dias.

d) O direito de representação do ofendido pode ser exercido por procurador com poderes especiais, somente mediante declaração escrita.

e) Se a representação do ofendido trazer elementos que possibilitem o imediato oferecimento da denúncia, o Ministério Público dispensará o inquérito policial e, oferecerá denúncia no prazo de 15 (quinze) dias.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** De acordo com o § 5º do artigo 39 do CPP, o prazo é de 15 (quinze) dias.

**B - Incorreta.** De acordo com o § 5º do artigo 39 do CPP, se a representação do ofendido trazer elementos que possibilitem o imediato oferecimento da denúncia, pode o Ministério Público dispensar o inquérito.

**C - Incorreta.** De acordo com o § 5º do artigo 39 do CPP, o prazo é de 15 (quinze) dias.

**D - Incorreta.** De acordo com o artigo 39 do CPP, a representação pelo procurador com poderes especiais pode, também, ser feita de forma oral.

**E - Correta.** É o teor do § 5º do artigo 39 do CPP.



**20. Com relação ao perdão e a renúncia, aponte a alternativa incorreta.**

- a) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
- b) A renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- c) A renúncia expressa constará de declaração assinada pelo ofendido. A renúncia não pode ser feita por procurador.
- d) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeitos em relação ao que recusar.
- e) O perdão pode ser aceito por procurador com poderes especiais.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** Alternativa está de acordo com o artigo 48 do CPP.

**B - Incorreta.** Alternativa está de acordo com o artigo 49 do CPP.

**C - Correta.** De acordo com o artigo 50 do CPP a renúncia expressa pode ser feita por procurador com poderes especiais.

**D - Incorreta.** Alternativa está de acordo com o artigo 51 do CPP.

**E - Incorreta.** Alternativa está de acordo com o artigo 55 do CPP.

Espero que tenha gostado.

Forte Abraço, querido Aluno.



@alexandre\_segreto



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.